



FILIADO À



O REGISTRO

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto de Campinas e Região

Base territorial: Americana, Artur Nogueira, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Indaiatuba, Jaguariúna, Limeira, Louveira, Nova Odessa, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antonio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo

Campinas, 14 de setembro de 2017

ANO XXX - Nº 698

www.sindae.org.br - Gestão 2016-2020

MAPEAMENTO/2018

Prazo para Comissão rediscutir os critérios termina em 29 de dezembro

Grupo conta com representantes de vários setores e também do Sindae

A diretoria da Sanasa publicou portaria na intranet constituindo a comissão encarregada de rever os critérios do mapeamento, que deverá ser realizado em 2018. Este grupo, que conta com representantes de vários setores da empresa e dois indicados pelo Sindae – os companheiros Nelson e Carlinhos –, terá até o dia 29 de dezembro para concluir os trabalhos.

Para a direção do Sindae, os critérios atuais, que deveriam servir de

parâmetros ao mapeamento previsto para este ano, se mostraram inviáveis; na prática, engessavam a carreira do trabalhador, impedindo-o de progredir profissional e financeiramente.

Por este motivo, os dirigentes sindicais não concordaram os critérios propostos. Como o mapeamento deste ano estava previsto na cláusula 37 do atual Acordo Coletivo de Trabalho, estabeleceu-se um impasse. A saída, negociada com a Sanasa e

aprovada em assembleia da categoria, foi a concessão de um aumento salarial aos 1.751 trabalhadores elegíveis que, conforme o caso, chegou até 2%, retroativos a 1º de maio.

A revisão dos critérios do mapeamento, garantida durante estas negociações, é muito importante para dar perspectiva ao trabalhador, de que, se ele buscar o conhecimento e ampliar suas habilidades profissionais, será recompensado por isso.

Para ser assinado, contrato do Sindae com Unimed precisa da adesão de cem vidas

O contrato de assistência médica que a direção do Sindae negocia com a Unimed precisa da adesão de cem vidas para ser assinado; até o momento estamos com cerca de 60 vidas. Se você tem interesse em aderir, entre em contato com o sindicato, por telefone (3733-3299) ou pessoalmente. O plano em negociação é por meio de contrato coletivo por adesão, voltado aos associados (titulares) e respectivos dependentes (esposa(o)/companheira(o), e filhos solteiros até 24 anos). A direção do Sindae está iniciando tratativas com a empresa

para disponibilizar um código para o desconto em folha da mensalidade.

Neste convênio, a entidade sindical é a titular do contrato. Para efetivação/adesão, é obrigatório que o titular seja sindicalizado e faça parte do plano, para inclusão de seu(s) dependente(s), conforme determinação da ANS (Agência Nacional de Saúde).

O pagamento será feito mediante o desconto em folha de pagamento, desde que o usuário (trabalhador da Sanasa) tenha margem para respectivo desconto. O plano tem copartici-

pação de 30% nas consultas (sobre a tabela praticada pela Unimed), o que representa um valor para o usuário de R\$ 24,60 por consulta em consultório e R\$ 18,00 em consulta de pronto-socorro.

Para ser efetivado, o plano necessita da adesão de, no mínimo, 100 vidas em trinta dias, e as adesões feitas neste prazo estarão isentas de carências. Os interessados em aderir, devem entrar em contato com o Sindae o mais rápido possível. Até para que possamos verificar o número de interessados e saber se ele é ou não viável.

O Brasil está na contramão do mundo

Enquanto lá fora eles reestatizam, por aqui querem privatizar tudo

A quinta parte da Nota Técnica do Dieese sobre a situação do saneamento básico no Brasil revela que o nosso país está na contramão do mundo. Enquanto lá fora o Estado está tomando de volta da iniciativa privada os serviços de saneamento básico, aqui pretendem fazer o contrário: querem privatizar tudo.

A experiência internacional com a privatização dos serviços de água e esgoto é bastante negativa. As políticas adotadas por diferentes países têm sido a da reestatização dos serviços, ou seja, o contrário do que o governo federal pretende praticar no Brasil.

Em 2015, foi publicado o estudo *Our public water future: the global experience with remunicipalization* (em tradução livre: “Nosso futuro público da água: a experiência global com a remunicipalização”), que apresenta um levantamento de 235 casos de reestatização dos serviços de abastecimento de água e saneamento



em 37 países, a maioria desenvolvidos. A principal justificativa para a retomada dos serviços pelo poder público é a constatação de problemas na gestão privada da água, que vão desde a falta de investimentos em infraestrutura até o aumento da tarifas e danos ambientais.

A maioria dos casos de reestatização ocorreu por meio da rescisão de contratos. Ou seja, os contratos privados revelaram-se tão lesivos que os municípios resolveram reestatizar os serviços, apesar da possibilidade de ter que indenizar as empresas. O país com o maior número

de processos de reestatização, de acordo com o estudo, é a França (94 casos), seguida pelos Estados Unidos (58), Espanha (14) e Alemanha (9). Na América Latina, foram registrados casos na Argentina (8), Uruguai (1), Bolívia (2), Equador (1), Colômbia (2) Venezuela (2) e Guyana (1).

Uma das mensagens deixadas no resumo executivo do estudo é exatamente que os agentes políticos evitem a privatização e as parcerias públicos-privadas, pois, além de não resultarem nas prometidas gestões mais eficientes e em inovações, têm trazido efeitos negativos no longo prazo para comunidades locais e governos. Uma vez assinado o contrato, a rescisão é dificultada pelo risco de pagamento de indenizações multimilionárias. Mesmo assim, muitos desses casos demonstraram que rescindir um contrato privado é possível e menos oneroso do que sustentar a privatização no longo prazo.

Campanha para anular a Reforma Trabalhista já está nas ruas



As manifestações do Grito dos Excluídos, realizados no dia 7 de setembro em todo o país, foram o espaço de lançamento nacional da Campanha Pela Anulação da Reforma Trabalhista, que vai coletar 1,3 milhão de assinaturas para um Projeto de Lei de Iniciativa Popular que propõe a revogação da Reforma Trabalhista de Temer, prevista para entrar em vigor no próximo dia 11 de novembro.

Após o recolhimento das assinaturas, o projeto será entregue à Câmara dos Deputados, com o lançamento de uma nova etapa da campanha, para exigir a votação da proposta. O objetivo do Projeto de Lei de Iniciativa Popular é fazer com que essa medida se some a outras 11 leis revogadas por meio desse instrumento.

Após o Grito dos Excluídos, a CUT promoverá mais uma série de manifestações para divulgar a campanha. No dia de 14 de setembro, a Central ajuda a organizar um dia nacional de lutas ao lado do movimento Brasil Metalúrgico em defesa

dos empregos na indústria e das estatais. No dia 3 de outubro, aniversário da Petrobrás, será a vez de o Rio de Janeiro e das principais capitais do país promoverem manifestações contra a entrega da empresa e de outros patrimônios públicos.

Para a semana de 11 de novembro, dia em que entra em vigor a Reforma Trabalhista, os movimentos sindicais e sociais preparam uma manifestação em Brasília. Na ocasião, a Central pretende já ter número suficiente de assinaturas para apresentar o projeto pela revogação do ataque aos direitos da classe trabalhadora.

